

Terceira Idade *presente e futuro*

Até 2025, o Brasil será o país com a maior população idosa do mundo. A mística de país jovem, portanto, começa a perder espaço e o governo precisa preparar-se para enfrentar a realidade: o Brasil está envelhecendo e torna-se urgente pensar a questão da Terceira Idade à luz dos problemas sociais e econômicos que assolam o país. O Ano Internacional do Idoso é, com certeza, um período fértil para discutir e implementar políticas sociais que garantam a esta parcela crescente da população qualidade de vida no presente e no futuro, evitando que a Terceira Idade fique condenada a viver de passado. No entanto, ainda são raras as iniciativas bem sucedidas nesta área. **Págs. 6 e 7**

OPINIÃO

Luta para assegurar os direitos sociais

Uma afinidade político-ideológica, que se traduz no compromisso com a contribuição para a instalação em nosso país de um novo modelo de sociedade, que supere a questão da injustiça social e da desigualdade. Assim Hilda Corrêa, atual presidente do Cress-7, define a proposta do grupo que hoje está na direção da entidade. Grande parte destes profissionais já mantinha contato através dos eventos do Conselho, ou atuaram em comissões (no âmbito das políticas sociais) nas gestões passadas. A militância na defesa dos direitos da criança e do adolescente, na implementação da política de assistência social e de saúde coloca esses profissionais numa afinidade político-profissional em torno do projeto hegemônico que a profissão tem hoje no país - um projeto comprometido com o fortalecimento do segmento dos trabalhadores e com políticas sociais públicas de qualidade, no sentido de vencer a exclusão e a injustiça.

A plataforma de campanha está delineada em torno da defesa das políticas públicas - uma posição que extrapola o grupo de Conselheiros e até mesmo o contingente de assistentes sociais do Rio de Janeiro, já que se trata de um nicho de luta de trabalhadores de todo o país.

Atender à natureza específica de uma entidade de classe como o Conselho é outro eixo importante da plataforma de gestão dos novos dirigentes do Cress-7. "Estaremos trabalhando para que os profissionais vejam a entidade como um espaço do conjunto da categoria e para que façam uso dele".

ESPAÇO CRESS

ÓBITO EM UNIDADES DE SAÚDE

Categoria consegue revisão de texto publicado pelo governo estadual

Quando ocorre uma tragédia como a que se presenciou no Hospital Salgado Filho, várias medidas são tomadas pelas autoridades, no sentido de dar uma resposta à altura a um fato de tal gravidade. Uma destas medidas partiu da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, causando reação na categoria de assistentes sociais. A Resolução 1343, assinada pelo secretário Gilson Cantarino, vinha normatizar o atendimento nas unidades de saúde e, em seu artigo terceiro, delegava ao assistente social a atribuição de comunicar o óbito do paciente aos seus familiares. Segundo o artigo "o contato com os familiares, com o objetivo de informá-los sobre o estado de saúde dos pacientes, assim como de seu eventual óbito, só poderá ser feito pelo Serviço de Assistência Social da Unidade, que deverá funcionar 24 horas em sistema de rodízio em seu atendimento".

Publicada em diário oficial no dia 14 de maio, a resolução motivou inúmeros contatos da categoria com o Cress-7. No dia 18 deste mesmo mês, uma reunião entre a diretoria da entidade e profissionais de referência na área de saúde deu início a uma série de encontros com assistentes sociais das diversas unidades de saúde, com vista a encaminhar uma proposta alternativa ao governo estadual. Paralelamente, foram feitos contatos com a Secretaria Estadual de Saúde e com o sub-secretário de Planejamento, Walcler Rangel, que em reunião com representantes do Cress-7 comprometeu-se com o encaminhamento da proposta.

Segundo Rodriane Oliveira, Conselheira da subcomissão de Saúde do Cress, a discussão com os assistentes sociais considerou que, nos hospitais, é geralmente o setor de admissão e alta quem faz o comunicado do óbito à família do paciente. "Este setor concentra todas as informações relacionadas à vida do usuário, o que não significa que esta atividade deva ser de sua responsabilidade". Uma observação: era justamente neste setor que a "máfia da funerária" atuava. Em vários hospitais, entretanto, o médico também assume a responsabilidade de comunicar o óbito. Segundo Rodriane, é comum o usuário manifestar sua preferência pelo atendimento por um assistente social. "Mas nós não temos como dar explicações sobre o estado de saúde do paciente que faleceu - não poderemos esclarecer porque seu coração parou ou o aneurisma cerebral se rompeu, enfim qual foi a disfunção do organismo que levou ao óbito".

Esta lacuna no processo de comunicado de óbito foi discutida em reuniões com a Secretaria de Saúde e Planejamento e, posteriormente, com a Superintendência de Saúde e Departamento de Serviço Social da Secretaria do Estado do Rio de Janeiro. A questão do atendimento 24 horas também foi colocada. "As unidades que funcionam em período integral estão relacionadas exclusivamente ao atendimento de emergência, exceção feita a algumas unidades estaduais".

As discussões geraram uma proposta que veio substituir os termos originais da Resolução 1343. Aceita na íntegra pela Secretaria Estadual de Saúde, o texto traz em seu artigo terceiro as seguintes determinações: "O contato com os familiares no sentido de informá-los sobre o eventual óbito dos pacientes só poderá ser feito pela equipe multiprofissional que, observando as peculiaridades das unidades de saúde, deverá funcionar 24 horas, procedendo às intervenções pertinentes a cada área (...)". No parágrafo quarto, o novo texto atribui à equipe de serviço social o apoio emocional, orientação quanto aos procedimentos decorrentes do óbito (sepultamento), orientações previdenciárias e outras ações cabíveis. A coordenação técnica deste processo fica a cargo de um dos membros da equipe multiprofissional, por indicação da direção da unidade, a quem caberá supervisionar e avaliar as atividades realizadas. A importância desta resposta imediata dos assistentes sociais, revertendo uma resolução já publicada, está no fato de ser o Rio de Janeiro uma referência na área de saúde para todo o país, já que possui a maior rede pública de saúde.

Serviço Social e Saúde

Uma iniciativa do Fórum de Serviço Social dos Hospitais Universitários, em articulação com o Cress-7, Cbciss e serviço social de diversas unidades de saúde, o I Simpósio de Serviço Social na Área de Saúde pretende dar visibilidade à intervenção do assistente social nesta área, apontando os impasses e desafios dentro da atual conjuntura. Conferências, palestras e painéis para a socialização de experiências e trabalhos de grupo compõem a programação do evento. A meta é estabelecer diretrizes básicas para a atuação do assistente social neste campo. As inscrições para participantes estarão abertas a partir de 01 de setembro, Cress - (21) 240-1727. Para a inscrição de trabalhos, as informações podem ser obtidas no Cbciss - (21) 220-8174.

Mercado de trabalho

O Cbciss e o Cress-7 estão promovendo uma série de debates com o tema "Reestruturação do mercado de trabalho: um enfoque sobre o serviço social". No dia 10 de setembro, Elaine Behring falará sobre "Mercado de Trabalho no Mercosul". No dia 23 de setembro, a palestra "Exigências do mercado público e privado" será apresentada por Ângela do Amaral (Ufrj) e Rose Mary Serra (Uerj) e, no dia 28 de outubro, o tema "Novas formas de Inserção" terá como palestrantes Rodrigo de Sousa Filho (Ufrj) e Carlos Eduardo Montañó (Ufrj). As inscrições podem ser feitas na Rua Santa Luzia 685/206, Centro - (21) 220-8174.

Terapia Familiar

A Núcleo-Pesquisa Integrada da Família e do Adolescente promoverá, de 26 a 29 de agosto, o II Simpósio Internacional de Terapia Familiar Sistêmica & V Simpósio do Rio de Janeiro. O tema é "Famílias e terapeutas no próximo milênio" e da programação constam cursos, workshops, mesas redondas, debates e apresentação de vídeos. Informações e inscrições pelos telefones (21) 256-4792 e 547-5399 (telefax), no horário de 11h às 15h.

Estudos e debates

O desmantelamento da máquina pública, particularmente na esfera federal, tem levado muitos profissionais a se aposentar precocemente. Estes assistentes sociais podem contribuir com sua experiência para o quadro de estudos, pesquisas e debates do Cbciss - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais - mesmo que tenham cancelado seu registro. O Cbciss tem sede na Rua Santa Luzia 635, sala 206. Os contatos podem ser feitos pelo telefone (21) 220-8174.

Assembléia - Edital de Convocação



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL CRESS - 7ª REGIÃO

O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 7ª Região, convoca a categoria para Assembléia Geral Ordinária a ser realizada na sede do CRESS, na Rua México, nº 41/1204 - Centro - RJ, no dia 2 de setembro de 1999 às 18 h, em primeira chamada, e às 18h30, em segunda chamada.

- Pauta:
- Discussão do tema geral do Encontro "Desafios do Projeto Político Profissional do Novo Milênio: o Papel do Conjunto CFESS/CRESS"
 - Eleição de Delegados para Encontro Nacional CFESS/CRESS a ser realizada no período de 26 a 29 de setembro, em Campo Grande/MS

Hilda Corrêa de Oliveira
Presidente do CRESS /7ª Região

ENCONTROS

Discussões ampliam debate sobre a seguridade

Um padrão básico civilizatório. Esta aspiração bem poderia ser tema de reivindicações da primeira metade do século. Entretanto, às vésperas de um novo milênio, os movimentos da sociedade civil organizada tentam criar resistência à redução de verbas e esvaziamento das políticas sociais. Temas estes presentes nos diversos encontros da área de seguridade.



Oficina sobre o papel dos conselhos na área de seguridade

Foto: Dimar Carvalho

A participação do terceiro setor

O Brasil enfrenta de forma pobre a questão da pobreza. Esta realidade ficou evidenciada no seminário Assistência Social para o Terceiro Milênio, realizado em junho, em Brasília. Organizado pela Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados, e Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social, o encontro aponta para uma nova postura por parte do legislativo, preocupado com a questão da assistência no Brasil. A redução das verbas em vários programas motivou denúncias de deputados e dados comparativos - apresentados durante o seminário - deixaram claro o corte sistemático de recursos para programas da área desde 1996. Com per capita baixíssimos, o governo deixa a descoberto uma expressiva parcela da população. Exemplo disso são as verbas destinadas às creches populares: R\$0,38 para atendimento de 4 horas; R\$0,76 para 8 horas e R\$2,12 para 12 horas. Isto desconsidera, inclusive, um avanço já obtido no passado, quando se conseguiu implantar no Brasil um programa de creches-casulo que previa o atendimento integral à criança com per capita, de início, compatíveis com este atendimento.

Aos gestores da área de assistência e entidades filantrópicas, assistentes sociais e trabalhadores de outras categorias, juntaram-se as organizações não-governamentais, com representação no evento. O chamado terceiro

setor foi abordado em uma das mesas, quando se apontou a preocupação com o fato de ser esta uma área ainda sem integração com a política de assistência social. Alvo de recente regulamentação governamental, o terceiro setor precisará se orientar com base em uma política nacional de assistência, sob o risco de fragilizar sua atuação.

Com participação significativa no evento, profissionais e conselheiros assistentes sociais deixaram sua contribuição através da agenda de ações apresentada pela presidente do CFESS, Elaine Behring.

Verbas e orçamentos

Durante a realização do seminário Assistência Social para o Terceiro Milênio, uma discussão mobilizou parlamentares da Câmara dos Deputados Federais: a proposta de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para garantir que o gasto social não seja passível de cortes. Deputados como João Fassarela, do PT, defendem que estejam excluídos do contingenciamento de cortes os recursos destinados à rede de proteção social. Outra emenda propunha a fixação de 5% do orçamento da seguridade para a assistência social - o que seria uma vitória, pois hoje o que vai para esta área é pouco mais de 1% do orçamento da seguridade social.

Também ousada foi a proposta da Deputada Luiza Erundina (PSB): a chamada taxa Tobin.

Defendida por uma frente parlamentar, trata-se de uma taxação das transações financeiras, com direcionamento do montante arrecadado para programas sociais ou de desenvolvimento. O objetivo é penalizar os fluxos de curto prazo, ou seja, os capitais voláteis. A ação não é isolada: lançada em 1978 pelo Prêmio Nobel de economia, James Tobin, a idéia vem ganhando força em vários países.

Controle social em risco

Este foi o tema da oficina promovida pelo Cress-7, em julho, que discutiu o papel estratégico dos conselhos de políticas na área de seguridade social. O crescente esvaziamento destes fóruns em função da falta de compromisso das instâncias governamentais com as deliberações tiradas nas conferências, a falta de mobilização da sociedade civil, o atrelamento dos conselhos às pautas e máquina governamental, a ausência de um comando unificado e a escassez de recursos são fatores importantes no enfraquecimento destes órgãos. Uma das propostas para resistir a esta desmobilização foi a articulação dos Conselhos e fóruns das diversas políticas sociais, com o objetivo de coordenar debates e ações, principalmente considerando-se que passam por problemas muito semelhantes como, por exemplo, a dificuldade de exercerem seu papel deliberativo e fiscalizador. Iniciativa inédita, a oficina contou com a participação de diversas entidades e em breve será divulgado um cronograma para a estratégia de atuação do grupo.

Serviço social em audiência pública

Por iniciativa do Deputado Artur Messias (PT), foi realizada em junho, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), uma audiência pública sobre a questão do serviço social na área de seguridade social. O objetivo de eventos como este é a discussão entre parlamentares e a população de assuntos de interesse público.

Contando com uma parceria do Cress-7, a audiência registrou a presença de aproximadamente 120 pessoas, a maioria de assistentes sociais. O serviço social na área da saúde, assistência e a reforma da previdência foram os temas conduzidos pela mesa, que contou com a presença da presidente da Fundação Leão XIII, da professora Maria Inês Bravo, da presidente do Cress-7, Hilda Oliveira, e da presidente do CFESS, Elaine Behring. O desmonte do serviço social no INSS também foi ponto importante do debate. Que teve a participação no plenário de alguns deputados.

A importância desta iniciativa está na ampliação desta discussão para fora do círculo do poder executivo, no envolvimento da sociedade civil e de profissionais que atuam na área.

ESPECIAL

O compromisso com uma sociedade mais digna



Oposição ao projeto neoliberal do governo. Defesa das políticas públicas. Parceria nos projetos e apoio aos profissionais da categoria. Esta é a proposta de gestão que delineará o período em que a chapa "Pro que der e vier" estará à frente do Cress-7.

Defesa das políticas públicas. Esta é a base que fundamenta as metas de gestão dos novos Conselheiros do Cress-7. "Trata-se de um compromisso ético-político da categoria de Serviço Social no Brasil, firmado no Congresso Nacional de 95, da Bahia, e reafirmado no congresso realizado em 98, em Goiânia. Nesses dois fóruns máximos de deliberação da nossa profissão, manteve-se o direcionamento de defender um estado democrático, comprometido com os interesses do conjunto da população", comenta a presidente Hilda Corrêa.

Fazendo um paralelo entre o atual momento da profissão e a realidade política do país, Hilda considera que a atuação da categoria de Serviço Social tem sido muito consistente na defesa de uma sociedade mais igualitária. "Quando se instalou no Brasil, na década de 40, a profissão tinha um norte muito diferenciado do que tem agora. Sua criação foi uma demanda do sistema capitalista e não da classe trabalhadora e sua prática se dava como elemento de contribuição à manutenção da ordem capitalista, tratando dos conflitos na relação trabalho/capital. Um mediador de conflito, visando sempre a um equilíbrio que acabava por favorecer o capital". Mais tarde a

profissão evoluiu para uma prática que ajudasse a enfrentar alguns conflitos inadiáveis e se definiu por não estar a serviço da preservação desta ordem, visto que ela não satisfazia à maioria. "O compromisso é com a construção de uma sociedade de iguais, onde todos tenham assegurados seus direitos inalienáveis de ter uma vida digna, ter trabalho, saúde e educação para seus filhos".

Considerando que os principais empregadores da categoria sempre foram as organizações públicas, é nessa esfera que tem se dado o embate, dado as últimas inclinações dos governantes e a realidade do povo brasileiro. "Os assistentes sociais têm sido bastante competentes neste confronto com o projeto dominante - um projeto neoliberal que vai em direção contrária ao compromisso da profissão". Para Hilda, esta opção esbarra ainda em uma conjuntura de muita dificuldade para o trabalho em geral: redução de postos de trabalho, precarização e flexibilização das relações de trabalho, desmonte de direitos trabalhistas e baixos salários. "Estamos perdendo espaço de trabalho no setor público, tendo em vista que nossos dirigentes não têm priorizado a área social". Mas também no setor privado há inúmeros problemas. A nova gestão assume,

portanto, neste momento de enfrentamento crítico. E sua expectativa em relação à resposta da categoria é de uma aproximação cada vez maior. "Esta corporação tem a tarefa de defender o exercício da profissão, fazer cumprir a lei e o Código de Ética que regulamentam seu exercício. São, portanto, duas vertentes de trabalho e de luta que estamos assumindo pelos próximos três anos". O objetivo é que os profissionais vejam a entidade como um espaço do conjunto da categoria, "não apenas para os compromissos administrativos, mas que busquem aqui o apoio que procuram para sua prática profissional, para as dificuldades que encontram em relação a medidas tomadas quando estas não respeitam a lei e o Código de Ética da profissão". Hilda explica que os conselheiros da entidade também são trabalhadores que cumprem compromisso e horários em seus locais de trabalho e se desdobram nas ações como representantes da categoria. "Criamos um plantão de conselheiros - pela manhã e pela tarde - e temos um quadro de funcionários devidamente instruído para registrar a solicitação do profissional e encaminhá-la para a direção da entidade. Quem tem dificuldade para vir ao centro da cidade

ESPECIAL

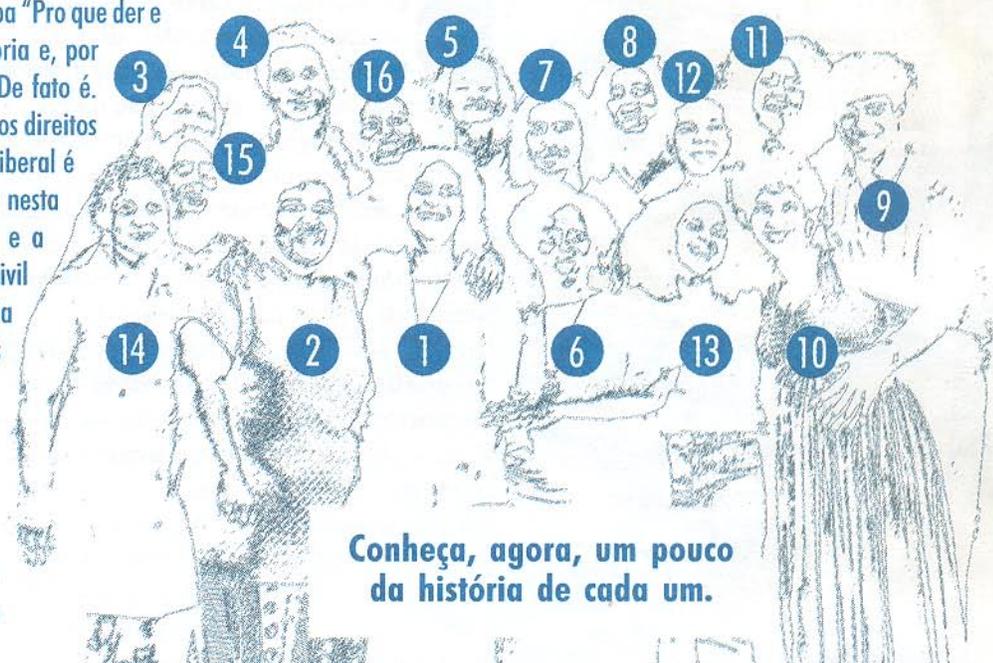
pode nos contactar por telefone ou correio e, em breve, através de e-mail". Também será divulgada no jornal a agenda das diferentes comissões que funcionam no Conselho. Estes eventos são abertos à categoria e se constituem em fóruns de discussão e encaminhamentos. Com base na plataforma de campanha, o novo grupo traçou todo seu processo de gestão durante um seminário de planejamento estratégico. "Alguns dias após a

posse, com a ajuda de um técnico na área de planejamento, realizou-se um workshop que durou um final de semana e estamos começando a atuar de acordo com o que foi delineado neste fórum". Ali foram definidas as ações, os responsáveis e o cronograma. "Mas, neste período de transição, não houve quebra do ritmo de trabalho, até porque ele é uma continuidade de práticas relevantes e acertadas das últimas diretorias, que vêm renovando o quadro da entidade mas sempre

dando prosseguimento à concretização do projeto ético-político da equipe anterior". Esta afinidade na proposta de direção proporcionam uma evolução nas ações que o Cress-7 vem implementando, sempre no sentido de dar voz e colocar em prática a opção que a categoria vem apontando em seus congressos nacionais: uma posição crítica em relação a um modelo que oprime a classe trabalhadora.

Uma aposta na transformação

Pelos próximos três anos, os 18 componentes da chapa "Pro que der e vier" têm um compromisso marcado com a categoria e, por extensão, com a toda a sociedade. Parece muito? De fato é. Defender o espaço de atuação do assistente social e os direitos sociais em um momento de avanço da política neoliberal é um desafio e tanto. Mas o grupo não se vê sozinho nesta empreitada. O engajamento dos profissionais e a articulação com os setores progressistas da sociedade civil organizada são os principais pontos de apoio e parceria para o trabalho que pretende desenvolver. Nestes três meses de atuação, já foram abertas várias frentes de luta e muitos projetos estão desenhados, como sustentação para as propostas apresentadas durante a campanha eleitoral. Transparência na gestão, referência para a prática do assistente social e resistência à política de exclusão compõem o eixo de trabalho desta equipe, que chegou com muita vontade de fazer as coisas acontecerem.



Conheça, agora, um pouco da história de cada um.

Conselheiros Efetivos:

- (1) Hilda Corrêa de Oliveira
Presidente
Presidente do Cress-7 no período 93/96; vice-presidente do CFESS no período 96/99; profissional da área da Assistência social e Especialista em Políticas Sociais/Uerj
- (2) Marlise Ferreira de Souza
Vice-presidente
Diretora do Cress-7 no período 96/99 e Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social
- (3) Rute Gusmão
1ª Secretária
Atua na área de Assistência Social e sindical; Conselheira Estadual de Assistência Social; membro do Conselho Fiscal do Sintrasef/RJ e especialista em Políticas Sociais/Uerj
- (4) Maurílio Castro de Matos
2º Secretário
Assistente social da Superintendência de Ação Social de São Gonçalo
- (5) Angela Maria Lima Ramos
1ª Tesoureira
Diretora do Cress-7 no período 96/99;

atua na área da Previdência Social; experiência na área de saúde mental

- (6) Neide Aparecida Silva
2ª Tesoureira
Diretora do Cress-7 no período 96/99; assistente social do Instituto Padre Severino/Degase

Conselheiros Suplentes:

- (7) Marcelo Braz Moraes dos Reis
Presidente
Doutorando e docente da Escola de Serviço Social da Ufrj
- (8) Mirian Vasconcelos Braga
Vice-presidente
Diretora do Cress-7 no período 96/99; assistente social do Cemasi Ayrton Senna e Degase; representante do Cress-7 no Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente e no Fórum Estadual da Criança e do Adolescente
- Carmen Lúcia Brandão de Paula
1ª Secretária
Delegada Regional do Cress-7 em Volta Redonda no período 96/99; assistente social Smac/Volta Redonda e coordenadora do Fundo Municipal de

Assistência Social de Volta Redonda

- (9) Márcio Eduardo Brotto
2º Secretário
Militante de movimentos sociais na área de saúde; especialista em Serviço Social e Saúde pela Uerj e mestrando em Serviço Social da PUC/RJ

- (10) Sue Wolter Vianna
1ª Tesoureira
Assistente social da Petrobrás

Vera Maria Ferreira Santos
2ª Tesoureira
Assistente social do projeto Família Acolhedora e diretora da ONG Recanto da Mãe Esperança

Conselho Fiscal - Efetivos:

- (11) Norma Braga de Sá
Presidente
Diretora do Cress-7 no período 96/99; atuante na área de saúde mental; técnica do Lar Abrigado do Instituto Philippe Pinel/MS
- (12) Tereza Joana de Castro Azevedo
1ª Vogal
Atuante na área de saúde mental; participa do Núcleo Estadual do Movimento da

Luta Anti-manicomial; técnica do Imas/Juliano Moreira

- (13) Rodriane de Oliveira Souza
2ª Vogal
Gerente de projetos comunitários da ONG Médicos Sem Fronteiras; pesquisadora do projeto Políticas Públicas de Saúde/Uerj e mestranda em Serviço Social pela Ufrj

Conselho Fiscal - Suplentes:

- (14) Vera Regina Gonçalves de Andrade
Presidente
Diretora do Cress-7 no período 96/99; assistente social PMS-Xerém/Duque de Caxias e pesquisadora do projeto Políticas Públicas de Saúde/Uerj
- (15) Tereza Cristina Baptista do Lago
1ª Vogal
Justiça - assistente social da Vara de Família de Jacarepaguá
- (16) Magali da Silva Almeida
2ª Vogal
Docente da Faculdade de Serviço Social da Uerj; militante do Movimento Negro Unificado (MNU); assistente social do Hospital da Posse

Terceira Idade

O desafio na implantação de uma política nacional



Divulgar os direitos dos idosos e levar até este grupo social informação a respeito do envelhecimento e formas de lidar com as questões e limitações comuns a esta etapa da vida. Abrir espaços para a participação social do idoso e, sobretudo, lutar pelo estabelecimento de uma política que atenda às necessidades do idoso, num país onde os problemas econômicos e sociais afetam a todas as faixas etárias. Esses são os principais itens de uma extensa lista de compromissos que o assistente social tem hoje no seu trabalho junto à Terceira Idade.

De acordo com os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), até 2.025 o Brasil será o sexto país com a maior população idosa do mundo. Por isso mesmo, a OMS - cujo Programa da Terceira Idade é coordenado por um brasileiro, Alexandre Calache - alertou as autoridades governamentais brasileiras sobre a necessidade de se criar, o quanto antes, políticas sociais prevendo e preparando o Brasil para essa realidade.

Mônica de Assis, assistente social da Universidade Aberta da Terceira Idade (Unati) - um programa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com ações nas áreas de saúde, educação e lazer - alerta para o fato de que ainda são poucas as instituições que se dedicam ao trabalho com a terceira idade. Uma das conseqüências disso é a desinformação sobre o idoso e sobre as particularidades do envelhecimento em nosso contexto social. "Por isso, um de nossos compromissos é a não restrição ao trabalho assistencial mas, através da atividade sistemática de pesquisa, conhecer as necessidades deste público e dar voz à sua realidade social".

Para Mônica, formada em Serviço Social e mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Uerj, a Constituição de 1988 formalizou a preocupação e a atenção que precisa ser dada ao assunto ao inserir a questão do idoso em seu texto. "Foi o abre-alas para a definição da Política Nacional do Idoso, que traçou os direitos desse público e as linhas de ação setorial". A assistente social lembra também que, em 1996, foi elaborado o Plano Integrado de Ações Governamentais da Política Nacional do Idoso, numa ação conjunta dos vários ministérios.

Uma das definições dessa política foi a criação dos conselhos estaduais e municipais que reúnem profissionais que trabalham com a terceira idade, governo e sociedade para discutir as questões relevantes para este grupo social. Mas, na visão de Mônica, ainda é pouco: "Se conseguirmos colocar em prática o que está escrito nesse plano será ótimo, mas o que temos hoje ainda é muito pouco diante das necessidades".

Atenção integral ao idoso

O trabalho com a saúde do idoso requer um enfoque na prevenção e promoção da saúde, como estratégias de ampliação do debate sobre a qualidade de vida no envelhecimento, e não apenas ações voltadas para o adoecimento, destaca Mônica. Ela cita como exemplo a iniciativa da Unati de formação de um banco de dados sobre as condições gerais de vida do idoso - sua história de trabalho e aposentadoria, o relacionamento com a família e a sociedade. A assistente social reforça a importância dessa iniciativa, mesmo considerando as dificuldades em conciliar a assistência com a atividade de pesquisa, no contexto atual de carência de recursos materiais e humanos da universidade: "Precisamos conhecer as pessoas para as quais trabalhamos; temos o dever de produzir esse conhecimento. Esse é o nosso grande desafio".

Atuando na área da terceira idade, existem hoje duas entidades importantes: a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia e a Associação Nacional de Gerontologia (a geriatria é a especialidade da medicina que trata da saúde do idoso e a gerontologia a ciência que estuda o envelhecimento). Profissionais de diversas áreas podem especializar-se no atendimento ao idoso, como um advogado ou um arquiteto. O trabalho da Universidade Aberta da Terceira Idade se baseia justamente na união destas duas abordagens, resultando numa atuação que segue a linha holística, como define Sandra Rabello de Frias, Assistente Social e Gerente de Extensão da Unati. Para funcionar com este enfoque multidisciplinar, a Unati possui dois ambulatorios: o CIPI (Cuidado Integral à Pessoa Idosa), situado na Policlínica Piquet Carneiro, onde é feito o atendimento ao idoso fragilizado, e o ambulatorio NAI (Núcleo de Atenção ao Idoso), que atende aos idosos autônomos e fica localizado na própria Uerj. "Fazemos uma triagem para encaminhamento dos casos. Dependendo

da situação, que é considerada num contexto bastante abrangente, muito além da mera avaliação clínica, o idoso pode ser recomendado a outros profissionais do ambulatório, como nutricionistas, fisioterapeutas, assistentes sociais e advogados”, explica Sandra.

A busca de alternativas

A Unati foi criada há cinco anos pelo professor Américo Piquet Carneiro, que estudava o crescimento populacional do país, registrando já naquela época a tendência de aumento da população idosa no Brasil e, conseqüentemente, a necessidade de se criar um centro que servisse para resgatar a cidadania do idoso e sua sociabilidade. Sandra Rabello está na Unati há quatro anos, e conta que, em geral, o idoso chega na instituição com um perfil depressivo, sem saber o que fazer com seus projetos de

vida ou, muitas vezes, sem projeto algum. “Nós procuramos oferecer alternativas e mostrar como o idoso pode ampliar sua participação social no cotidiano”, diz.

A Unati oferece 111 cursos, como yoga, oficina da memória, ecologia, dança etc., para cerca de dois mil alunos - a maioria (90%) formada por mulheres da classe média - que para freqüentar os cursos semestrais gratuitos precisam apenas ter no mínimo 60 anos. “Não preparamos ninguém para reingressar no mercado de trabalho, esse não é nosso papel, mas muitos de nossos cursos acabam gerando para os alunos uma nova ocupação profissional, em geral no mercado informal. Nestes casos, a habilitação, além de levantar sua auto-estima, pode servir também como um complemento para as finanças do idoso, como as aulas de artesanato”, afirma Sandra.

De acordo a Gerente de Extensão da Unati, é

comum ver alunos que se inscrevem repetidas vezes no mesmo curso só para não se afastar da universidade. “Isso acaba sendo um problema, porque dificulta a renovação da freqüência”. Numa tentativa de contornar esse fato e de possibilitar que os alunos apliquem o que aprenderam na Unati, não apenas na vida pessoal mas também num trabalho de extensão com outros idosos, o Serviço Social elaborou o Programa de Valorização do Conhecimento do Idoso.

No momento, estão implantados dois projetos que prevêem o trabalho voluntário dos idosos em instituições: Projeto Idoso Colaborador, no qual o voluntário é preparado para trabalhar na própria Unati, e Projeto Idoso Companheiro que, em parceria com cinco asilos da cidade, coordena 30 voluntários que atuam junto aos idosos asilados, visando à melhoria da qualidade da assistência.

Resgate da Cidadania

A rejeição da família e o alijamento da sociedade são processos que penalizam o idoso, impondo-lhe um isolamento cruel e degenerativo. A maior parte das instituições geriátricas não são capazes de criar uma outra alternativa. Pelo contrário, reforçam a concepção de que a terceira idade não merece uma atenção digna, em respeito aos princípios de cidadania. Fiscalizar, denunciar e propor alternativas a esta realidade é o objetivo da subcomissão para o atendimento ao idoso.

Idoso, presidida pela Deputada Tânia Rodrigues (PT). Seu objetivo é dar encaminhamento às questões relacionadas à terceira idade e a principal estratégia são as visitas conjuntas a instituições geriátricas, cuja meta é fiscalizar, orientar e denunciar as irregularidades encontradas. Atuando em geral como entidades filantrópicas, muitas destas instituições funcionam em situação precária e sequer possuem alvará de funcionamento. “Para fugir das ações fiscais, algumas se registram como hotéis, no sindicato dos hoteleiros, e não como casa geriátrica ou asilo”, explica Angela Maria Lima Ramos que, juntamente com a Conselheira Neide Aparecida Silva, representa o Cress-7 nesta subcomissão.

As visitas, realizadas por uma equipe multiprofissional, apontaram uma situação comum: mesmo as casas que buscam trabalhar com qualidade desconhecem os procedimentos adequados. “Nessas ocasiões, observamos aspectos como alimentação, cuidados diários, instalações físicas, higiene, acompanhamento médico e familiar”. A ausência de profissionais capacitados são fatores críticos no funcionamento destas instituições. “As pessoas que lidam diretamente com o idoso não possuem nenhum curso sobre geriatria nem estão habilitadas para conduzir o lazer, o atendimento, a atividade física e recreativa deste público”.

Reunindo representantes das áreas de saúde e assistência, Conselhos Profissionais e Secretaria de Ação Social, a subcomissão de atendimento ao idoso faz parte da Comissão Permanente da Assembleia Legislativa para Assuntos da Criança, do Adolescente e do

A expectativa é que esta iniciativa resulte em projetos de lei que contemplem a questão do idoso e tornem públicas as leis em vigor. O que significa o cumprimento das constituições federal e estadual, que definem como responsabilidade da família, sociedade e Estado assegurar os direitos à dignidade, convivência familiar e comunitária, resguardando o idoso de todas as formas de negligência e discriminação. O que se pretende, portanto, é que o tema não seja “arquivado” ao final do Ano Internacional do Idoso, mas que seja incorporado como uma política de ação continuada.



POLÍTICAS SOCIAIS

Descompasso com a realidade brasileira

Assistência, saúde e previdência: o tripé que compõe a política de seguridade social no Brasil é fragilizado por uma abordagem segmentada e pontual.

Quando foi inscrita na Constituição de 88, a política de seguridade social deu um grande passo à frente. “O sentido passou a ser de uma política integrada pela previdência, saúde e assistência social, sendo estas duas últimas de caráter não contributivo, portanto de acesso universal”, explica Rute Gusmão, uma das coordenadoras da Comissão de Seguridade do Cress-7. Esse processo de integração foi marcado por alguns princípios fundamentais: participação e controle popular, descentralização e universalização de direitos.

Resultado de uma luta onde os assistentes sociais tiveram forte presença, assim como outras categorias de trabalhadores, entidades sociais, parlamentares e usuários, a idéia da seguridade, entretanto não avançou como conjunto. “Um exemplo disto é a divisão da estrutura ministerial, que criou o Ministério da Previdência e Assistência Social e Ministério da Saúde”. O Conselho Nacional de Seguridade Social, de composição paritária (sociedade civil e governo), que poderia conduzir a seguridade de forma integrada, foi extinto no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na realidade, a união em um único ministério é um aspecto institucional, observa Rute: “Fundamental seria priorizar uma política pública de seguridade social, com fontes de recurso garantidas. Mas o que estamos observando é justamente o contrário - o orçamento desta área vem sendo esvaziado, na relação direta em que o governo delega para o mercado, para o espaço privado e para o terceiro setor, o enfrentamento à pobreza”. Os princípios de universalização, eqüidade e cidadania presentes na Constituição de 88 se reduziram hoje a benefícios e serviços, cuja seletividade estrangula a possibilidade de acesso da maioria da população. “Ao mesmo tempo, o governo deflagra uma reforma de Estado, acompanhada pelo sucateamento e privatização da previdência, da assistência social e da saúde”.

Fiscalização, controle e participação popular

O país assiste assim a um esfacelamento da idéia da seguridade social, como conseqüência da adoção de políticas fragmentadas e de uma concepção burocrática e tecnocrática. “A Secretaria de Estado de Assistência Social (órgão coordenador nacional) adota uma linguagem tecnocrática em suas orientações aos estados e municípios. Fala-se muito na questão da eficácia, mas



POLÍTICAS SOCIAIS

se securidariza temas como o da democracia, controle e participação popular”.

A participação popular sofreu os efeitos diretos da política neoliberal. “Os Conselhos paritários e deliberativos, que têm representação da sociedade civil, estão desprestigiados hoje”. Penalizada pela ausência de um comando único, a assistência social sofre duplamente os reflexos do atual momento político do país. “Tradicionalmente esta esfera sempre foi entendida como um exercício de clientelismo, âmbito de ação da primeira dama, da família do governante. Ou seja, nunca foi vista como uma política de direito, de construção da cidadania, mas como uma benesse, um favor”, lamenta Rute. Como exemplo, ela cita o programa Comunidade Solidária, ligado à Casa Civil da Presidência da República e distante do sistema institucional de decisões, especialmente as da população organizada. As políticas de Assistência Social e Saúde, como a da Criança e Adolescente, possuem uma estrutura democrática que possibilita o controle e a participação popular: conselhos paritários e conferências municipais, estaduais e nacionais, além dos fóruns. “Isto tudo é fruto de um processo histórico de conquista e avanço democrático. A política de seguridade, entretanto, fica fragilizada, ao mesmo tempo em que existem programas governamentais que não trazem nenhum vestígio de construção coletiva”.

A aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social, em dezembro de 93, durante o governo Itamar Franco, aconteceu quando já se assistia à implantação no Brasil do projeto neoliberal. Mesmo assim foram criados os Conselhos de Assistência Social na maioria dos municípios brasileiros e que se realizassem a primeira e segunda conferência, nos três níveis de governo.” A importância destas conferências está na avaliação abrangente e participativa da situação da pobreza existente no país e nas diretrizes que apontam para a elaboração das políticas de assistência social. “Já temos, portanto, o sistema descentralizado e participativo em estágio avançado de implantação, mas ele tem sofrido grandes dificuldades nos últimos anos”.

Descrédito afasta participação mais expressiva

A participação da população, entretanto, apresenta fragilidades. “Temos uma representação pouco expressiva da sociedade civil. Com algumas exceções, as entidades mais fortes dos movimentos sociais e populares, trabalhadores e usuários ficam distantes dos Conselhos”. Para Rute isto se explica pelo fato de a sociedade não ter consciência quanto à importância de sua

participação e por não se ver como sujeito de direitos. “As pessoas não sabem que a assistência social é um direito garantido pela Constituição”. Além disso, a assistência é uma área que ocupa um segundo plano nas preocupações do governo. A conjugação desses fatores leva a um esvaziamento na participação nos seus conselhos.

Outro dado de desmotivação é a falta de compromisso das instâncias governamentais com as deliberações tiradas nas Conferências. “As conferências são muito raras, com centenas de delegados de todos os municípios discutindo as necessidades da população, as realidades municipais. O que se produz ali tem um conteúdo e contribuição impressionantes. Porém a frustração com o não cumprimento das



“Estamos agora no período de realização das conferências de assistência social e saúde.”

deliberações é inevitável”, comenta Rute, que já foi delegada em uma das conferências nacionais, como representante dos trabalhadores sociais da esfera pública federal no Rio de Janeiro.

País com um dos maiores índices de desigualdade social do mundo, onde milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza, o Brasil adota um modelo que delega para o mercado a solução de seus problemas.

“Mesmo se estivéssemos numa fase de desenvolvimento, com uma política de emprego - e não é o que acontece, pois nosso desenvolvimento está estagnado - haveria necessidade de programas para os segmentos vulneráveis, como idosos, pobres portadores de deficiência, jovens e crianças em situação de risco”. Portanto, mesmo que o Brasil estivesse crescendo, seria necessária uma política para garantir um padrão básico de atenção pública, que não

tem caráter pontual. “Infelizmente o que temos hoje são ultramínimos sociais, como o salário mínimo para idosos e portadores de deficiência com renda familiar per capita abaixo de um quarto do salário mínimo. O fato é que nunca existiu no Brasil uma política econômica articulada com a política social - a questão social é sempre vista como residual”. Rute ressalta que a desigualdade social no Brasil só tem aumentado: “Nosso desenvolvimento é para poucos, porque os frutos desse desenvolvimento não são distribuídos socialmente. Você tem uma riqueza que é produzida pelos trabalhadores e é apropriada pela elite que sempre dominou o Estado, que sempre encarou o social como um problema que se resolve com a caridade, com as benesses, com o clientelismo”.

Entre a cidadania regulada - uma herança da era Vargas que delimita que categorias têm direito ao reconhecimento social, à carteira profissional e à sindicalização - e o que existe hoje - uma cidadania de classe - não se vê qualquer distância. “Queremos um sistema onde a população participe e controle políticas e recursos como direito. Porém, para políticas econômicas autoritárias, como estas de ajuste estrutural, preconizadas pelo FMI, não serve uma política democrática, que envolve a participação da população organizada, mas uma política populista, que passa por cima das organizações construídas pela sociedade civil”. Ao contrário do que ansiavam os movimentos pelo resgate da cidadania presentes na constituinte, o que houve nestes últimos anos foi um fortalecimento do poder central: muitos programas são deliberados centralmente, e os municípios e estados estão em crise financeira e de poder, mas cheios de encargos e responsabilidades. “Esta não é a descentralização que queríamos, na qual o povo partilharia das decisões. O contraponto que os conselhos fazem hoje é um trabalho de resistência, para não deixar morrer uma idéia implantada com muita luta”. Rute destaca que, neste trabalho de resistência e avanço possível, a categoria de assistentes sociais tem tido um papel histórico. “Nossos encontros nacionais, que discutem o serviço social na esfera da seguridade social - o primeiro realizado em julho de 97 e o segundo previsto para o próximo ano - têm uma dimensão importante”. Organizados pelas instâncias regionais e, em nível nacional, pelo CFESS, em co-promoção com as entidades nacionais de escolas e estudantes de serviço social, estes eventos reúnem trabalhos de profissionais, promovem oficinas e mesas temáticas, apresentando discussões que vêm alimentar e apontar coordenadas para o exercício profissional na área da seguridade. Este esforço visa à concretização de uma idéia ainda distante no Brasil: a assistência social como política pública de direito e voltada para todo aquele que dela necessitar.

LEI PARA TODOS

Serviço Social nas escolas

Veto do Governador do Estado ao projeto de lei não deve impedir novas tentativas de aprovação

Aprovado em votação na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, o Projeto de Lei Nº 2.514/98, de autoria da Deputada Estadual Miriam Reid (PDT), foi vetado pelo governador Anthony Garotinho (ver box

nesta página). O projeto, que institui o Serviço Social nas escolas de 1º e 2º graus, é uma antiga demanda da categoria e a reprodução da íntegra de seu texto nesta edição tem como objetivo divulgá-lo para todos os

assistentes sociais, de maneira a mantê-lo como pauta nas discussões. É importante que não se abandone a proposta apresentada neste projeto, para que em uma próxima oportunidade ele volte a ser apreciado.

Projeto de Lei Nº 2.514/98

Autoriza o Poder Executivo a Instituir o Serviço Social Escolar nas Escolas Estaduais de 1º e 2º graus do Estado do Rio de Janeiro.

Autor: Deputada Miriam Reid

Despacho: A imprimir e às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desportos; de Saúde; de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania; e de Orçamento, Finanças, Tributação, Fiscalização Financeira e Controle.

Em: 11.11.98

Deputado Sérgio Cabral Filho - Presidente

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

ART. 1º - Autoriza o Poder Executivo a Instituir o Serviço Social Escolar nas Escolas Estaduais de 1º e 2º graus do Estado do Rio de Janeiro.

ART. 2º - Compete ao Serviço Social Escolar:

- I - Conhecer o universo da população escolar nos aspectos sócio-econômicos e familiar;
- II - Elaborar e executar programas de orientação sócio-familiar, incentivando a formação de equipes multidisciplinares com o objetivo de prevenir a evasão escolar, melhorar o desempenho do aluno e sua formação para a cidadania;
- III - Atuar junto aos grupos familiares no conhecimento das necessidades básicas, explicando a escola como espaço de ampliação e de construção de conhecimento e de reflexão crítica;
- IV - Incentivar e promover a inserção da instituição educacional na comunidade articulando-a com as demais instituições públicas, privadas e organizações comunitárias locais, buscando consolidá-la como instrumento democrático de formação e informação;
- V - Incentivar a participação, em equipes multidisciplinares, de todos os segmentos que integram a vida escolar, buscando melhorias e soluções para as questões pertinentes à saúde, à alimentação, ao lazer, à segurança e ao próprio desenvolvimento educacional;
- VI - Motivar, organizar, estabelecer e promover, juntamente com a associação de pais e mestres, políticas de desenvolvimento que beneficiam a vida escolar;
- VII - Desencadear processos avaliativos, envolvendo todos os representativos segmentos que integram a vida escolar, buscando qualidade na produção do conhecimento e na formação de valores que permeiam os objetivos propostos;
- VIII - Elaborar e desenvolver programas específicos nas escolas onde existam classes especiais;
- IX - Empreender a executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social nas atividades especificadas neste artigo.

ART. 3º - O Serviço Social Escolar será exercido por profissionais habilitados aos termos da Lei Federal nº 8.662, de 07 Junho de 1993, ficando o poder Executivo Estadual autorizado a criar, na estrutura da Secretaria da Educação, os cargos de Assistentes Sociais em número compatíveis as necessidades da rede de ensino.

ART 4º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento.

ART 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 06 de Novembro de 1998.
Deputada Miriam Reid

Razões do veto

Em que pese o reconhecimento da elevada motivação da proposição, não posso, contudo, acolhê-la com a sanção, em face de sua desconformidade com a vigente ordem jurídica.

Ocorre que a proposta parlamentar em apreço, inescandivelmente, padece de vício de iniciativa, vez que tencionou, à revelia do Governador, deflagar o processo legislativo atinente a criação, estruturação e atribuições dos órgãos e Secretarias de Estado, desatendendo, em conseqüência, o disposto no art. 112, § 1º, II capítulo da Constituição Estadual. Demais disso, também é de se destacar que as medidas alvitradas consubstanciam ato administrativo típico, inserido, portanto, na estrita competência do Governador, a teor do art. 145, II e VI, da Constituição Estadual.

Sob outro ângulo, acrescente-se que, ao impor ao Poder Executivo o custeio de despesas sem a indicação da correspondente dotação orçamentária ou da fonte de custeio a ser disponibilizada para prover as necessidades com recursos humanos e materiais indispensáveis à consecução de seus objetivos, a proposta inobservou o artigo 167, I e V, da Constituição da República. (...)

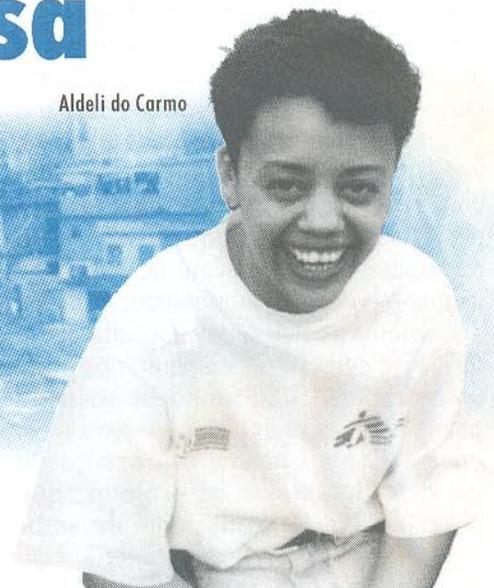
Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira

Mobilização para melhorar a vida de quem precisa

Em um momento em que os governos federal, estaduais e municipais enfrentam dificuldades financeiras, as parcerias se tornam importantes para que projetos sociais possam se tornar uma realidade. São cada vez mais comuns os acordos entre órgãos do poder público e entidades, como universidades, organizações não governamentais e igrejas, interessadas em apoiar ações voltadas para a melhoria de vida de comunidades de baixa renda. Um dos projetos que busca ampliar a participação dos membros de uma comunidade na solução dos problemas internos daquele grupo

social é o de Capacitação de Gestores Comunitários, desenvolvido pela ONG Médicos sem Fronteiras, com financiamento da Secretaria Municipal de Trabalho do Rio de Janeiro e da União Européia. O trabalho desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Social de São Gonçalo é outro exemplo dos resultados que podem ser alcançados quando o governo abre espaço para a efetiva participação da comunidade na gestão social.

Aldeli do Carmo



Elaine Monteiro

Em 1997 e 1998, a ONG Médicos sem Fronteiras desenvolveu o projeto Capacitação de Gestores Comunitários em dez comunidades carentes do Rio de Janeiro - favelas de Vigário Geral, Parada de Lucas, Portus (Costa Barros), do Dique (Jardim América), Marcílio Dias, Nova Holanda (as duas no complexo da Maré), Vila do João (Bonsucesso), morros da Mangueira, Dona Marta (Botafogo) e Caixa d'Água (Penha).

Os objetivos básicos do projeto eram o estímulo à formulação de novas experiências sociais na comunidade e o fortalecimento dos movimentos comunitários locais a partir da capacitação política e administrativa. Representantes locais eram selecionados e orientados na elaboração e administração de projetos sociais.

Os cursos alcançaram resultados concretos. Na favela do Dique, os moradores criaram o Núcleo Integrado de Ação e Desenvolvimento Social, que mantém

apoio escolar, pré-escola, sala de alfabetização, distribuição de preservativos e escola de futebol.

Na Mangueira e na favela Marcílio Dias, também foram instaladas salas de alfabetização e fóruns locais, para a discussão dos problemas das comunidades e das medidas para solucioná-los. Em Vigário Geral, há serviços de atendimento médico, apoio escolar, sala de leitura, entre outros.

De acordo com a coordenadora do projeto de Capacitação de Gestores Comunitários, Elaine Monteiro, ações locais, mesmo de pequeno porte, servem para reforçar a mobilização entre moradores, que muitas vezes estão desarticulados diante da ausência e falta de apoio do poder público na comunidade.

“O objetivo do projeto não é substituir o Estado. É fazer uma ponte entre o poder público e a comunidade, de forma a levar o Estado efetivamente para dentro daquela localidade”, afirma Elaine, lembrando que órgãos do governo

municipal, como as secretarias de Trabalho e Saúde participam do projeto e ajudam a administrar os empreendimentos após o fim do curso.

O papel dos assistentes sociais

A atuação do grupo de assistentes sociais, cerca de 70% dos profissionais envolvidos no projeto de formação de gestores comunitários, tem dois eixos básicos: o trabalho como professor, ministrando as disciplinas do curso (organização comunitária, políticas sociais, ética comunitária, movimentos sociais), e a orientação comunitária. Nessa última área, o profissional do setor procura dar as condições ao aluno de tornar sua própria proposta uma realidade, informando como firmar parcerias (com o poder público, empresas ou ONGs) e como registrar os projetos, entre outras ações.

A assessoria prestada pelos assistentes sociais não termina com o encerramento

CIDADANIA

do curso. Aldeli do Carmo, que participou de ações em quatro comunidades (favelas de Vigário Geral, Portus, do Dique e morro da Mangueira), afirma que os profissionais mantêm contato com os alunos, procurando solucionar possíveis dúvidas e reforçar as possibilidades de sucesso do projeto. "Por mais que se ache que o curso dá conta, quase sempre fica um pouco de insegurança no aluno e muitas vezes membros da comunidade mantêm uma certa desconfiança sobre a proposta elaborada por aquele vizinho. É necessário um tempo até que consiga ganhar o crédito da comunidade", afirma a assistente social. Aldeli acredita que a formação de gestores comunitários pode se tornar mais um campo de trabalho para o assistente social. Mas para isso, considera fundamental a presença de patrocinadores para os projetos, que permitam que o profissional do setor possa se dedicar. "O assistente social, sozinho, não consegue desenvolver o projeto da forma ideal. Precisa de infraestrutura, de dinheiro, de tempo para conseguir atrair o interesse da comunidade".

Uma das dificuldades para a consolidação do projeto de gestores comunitários, na opinião de Aldeli do Carmo, foi a desconfiança em relação à atuação das associações de moradores, reflexo do abandono de muitas comunidades pelo poder público, que deixou um vazio de poder e legitimidade. Coube também aos profissionais do serviço social colaborar para a criação de novos espaços de discussão nas comunidades, como os fóruns locais, e motivar pessoas a ingressar no projeto de formação de gestores.

Na opinião de Aldeli, a presença de pessoas, sem ligação anterior com projetos comunitários e com a associação de moradores, atuando dentro da própria sede da entidade, desenvolvendo ações em prol da comunidade, em certos casos, serviu até para recuperar o espaço vazio deixado pelo poder público e ganhar força, respeito e apoio dos moradores, que conseguiram perceber qual o papel e o lugar que cada um poderia ocupar".

São Gonçalo: exemplo de atuação oficial

Ao mesmo tempo que organizações não governamentais tentam viabilizar projetos que beneficiem comunidades carentes, setores do governo também estão procurando atrair moradores da periferia para ações que permitam a melhoria das condições de vida.

No estado do Rio de Janeiro, uma das prefeituras que vêm investindo em ações mobilizadoras da população é a de São Gonçalo, município da Baixada Fluminense que tem uma grande parcela de habitantes de baixa renda.

De acordo com a secretária de Desenvolvimento Social de São Gonçalo, Tânia Soares, a linha básica de atuação é a lei orgânica de assistência social, que prevê uma ação integrada entre o governo e a comunidade. "Infeliz do município que acredita que solitariamente vai poder desenvolver algum tipo de atividade. E o mesmo vale para as comunidades. No momento de dificuldade orçamentária dos governos é que a necessidade de parceria fica ainda mais evidente", afirma.

Além do Orçamento Participativo, em que representantes de comunidades têm direito a influir na aplicação dos recursos municipais, a prefeitura criou uma série de fóruns que contam com a participação da sociedade. "O objetivo é permitir um melhor entendimento da população militante a respeito dos problemas locais", afirma a secretária.

O governo local criou diversos Conselhos Municipais - Idoso, Portador de Deficiência, Criança, Assistência Social, Mulher, Entorpecentes, Emprego - que contam com a participação de representantes de associações de moradores, "trazendo a comunidade para decidir as ações governamentais". São Gonçalo foi o primeiro município fluminense a montar um Conselho de Defesa dos Direitos do Idoso.

A prefeitura também promove cursos e apoia eventos, realizados por entidades de moradores, e a participação de representantes em eventos externos. "Todas as formas que permitam à sociedade se apropriar do saber técnico são feitas de maneira efetiva", diz Tânia Soares. A secretaria prioriza as visitas domiciliares de técnicos, que transmitem conhecimento à população e passam a conhecer a realidade de uma comunidade e as necessidades específicas daquele grupo de habitantes do município.

Na opinião da secretária de Desenvolvimento Social de São Gonçalo, ainda há muita descrença da população, especialmente dos habitantes de comunidades mais isoladas, em relação ao governo, o que dificulta a participação em ações que envolvem órgãos públicos.

Essa desconfiança acaba provocando uma repetição dos representantes nos fóruns de participação.

Albergue da Misericórdia

Um dos projetos de cunho social que conta com o apoio da secretaria de Desenvolvimento Social de São Gonçalo é o Albergue da Misericórdia. O projeto nasceu da mobilização de frequentadores da Paróquia São Pedro de Alcântara para tentar melhorar a vida de pessoas que vivem nas ruas do município.

Os idealizadores do projeto firmaram parcerias com o governo municipal, Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Salgado de Oliveira (Universo). Assistentes sociais da prefeitura fizeram um cadastramento de moradores de rua, procurando descobrir se as pessoas tinham laços familiares e o que consideravam importante para melhorar de vida. Grande parte pediu a emissão de documentos de identidade e solicitou que, quando levados para o atendimento em albergues, fossem separados de pessoas doentes ou portadoras de deficiências físicas.

"Não queremos recolher, e sim acolher quem quiser ir para o albergue. Esses dados coletados determinarão a linha de ação", diz a assistente social Maria Catarina Manso, coordenadora de Ação Social da secretaria de Desenvolvimento Social de São Gonçalo.

De acordo com Catarina, um dos objetivos é criar uma rede assistencial integrada, reunindo as ações dos participantes. "Um grupo dá sopa, outro agasalhos, outro oferece curso profissionalizante. O desafio é unir esses esforços". Atualmente, a prefeitura está buscando um imóvel para sediar o albergue.

O órgão mantém também um centro de acolhimento para meninas com problemas familiares - o Pólo de Vista Alegre. As jovens frequentam cursos profissionalizantes e recebem o apoio de assistentes sociais, que trabalham junto às adolescentes e seus familiares. Os casos de violência contra a mulher, são atendidos pelo Centro Especializado de Orientação à Mulher. Os profissionais do serviço social atuam junto às vítimas e aos agressores, procurando evitar novos casos de violência.

Outro projeto é o Unibairros, que procura levar serviços públicos e informação para as comunidades, com a participação das associações de moradores. A secretaria de Desenvolvimento Social de São Gonçalo realiza ainda distribuição de cestas básicas, suplementação alimentar para crianças e adolescentes e mantém creches em comunidades carentes.

PRAXIS

Informativo do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/ 7ª Região - Ago./Set. 1999

Rua México, 41 - 12º andar/ Gr. 1203 a 1205.

Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (021) 240-1727/240-3627

DIRETORIA

Hilda Corrêa de Oliveira - Presidente

Marlise Ferreira de Souza - Vice-Presidente

Rute Gusmão - 1ª Secretária

Maurílio Castro de Matos - 2ª Secretário

Angela Maria Lima Ramos - 1ª Tesoureira

Neide Aparecida Silva - 2ª Tesoureira
SUPLENTES

Marcelo Braz Moraes dos Reis, Míriam Vasconcelos Braga, Carmen Lúcia Brandão de Paula,

Márcio Eduardo Brotto, Sue Wolter Vianna,

Vera Maria Ferreira Santos

CONSELHO FISCAL

Norma Braga de Sá, Tereza Joana de Castro

Azevedo, Rodriane de Oliveira Souza

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Angela Maria Lima Ramos, Marlise F. de Souza,

Márcio Eduardo Brotto, Maurílio Castro de Matos, Norma Braga de Sá

EDITORIA

SCRIPTÓRIO COMUNICAÇÃO

Telefax: (0XX21) 852-6858

Cláudia Costa - MTB 16565 - RJ

Karla Mourão - MTB 16349 - RJ

Projeto gráfico

Ingrid Klein

Diagramação e ilustrações

Carlos D